



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002685-72.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Arlete Ferraz**
 Requerido: **RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS
 FINANCEIROS S/A - "RENOVA"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que contraiu financiamento com o Banco Santander, onde é correntista, quitando-o integralmente no dia 19/02/2015.

Alegou ainda que não obstante a ré sem qualquer justificativa passou a emitir cobranças em seu nome por escrito e via telefônica, de sorte que almeja à sua condenação a cessar tais condutas.

Já a ré em contestação sustentou a legitimidade de suas ações, porquanto a aludida instituição financeira lhe cedeu crédito em aberto a cargo da autora passível de cobrança.

Os documentos de fls. 02/06 prestigiam as alegações da autora, patenteando que ela quitou financiamento que tinha em face do Banco Santander.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Tal fato é incontroverso, mas a ré ainda assim destacou a existência de crédito que lhe foi cedido por tal instituição.

Assim posta a divergência entre as partes, a ré foi instada pelo despacho de fl. 61 a apresentar *"comprovação de que o crédito que lhe foi cedido pelo Banco Santander S/A não corresponde ao que foi quitado pela autora e que constitui o objeto da ação"*, mas deixou de fazê-lo satisfatoriamente.

Isso porque ela se limitou a coligir uma certidão cartorária de cessão específica a fl. 65, mas em momento algum tal documento atesta que a operação disse respeito a obrigação diversa daquela cristalizada a fls. 02/06.

Por outras palavras, e sem pretender discutir a validade da cessão ou a sua eventual inoponibilidade à autora, o panorama traçado denota de um lado que a autora demonstrou ter adimplido obrigação que tinha para com o Banco Santander e, de outro, que a ré não se desincumbiu do ônus de atestar que as cobranças aqui tratadas possuíam origem diversa.

Tocava-lhe tal encargo, na esteira do que dispõe o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil, mas isso não sucedeu.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da postulação vestibular na medida em que a ré não logrou comprovar que tinha lastro a respaldar as cobranças questionadas.

A cessão delas é em consequência de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a abster-se de dirigir cobranças à autora por escrito ou via telefônica, inclusive para sua irmã, sob pena de multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) por cobrança realizada.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**